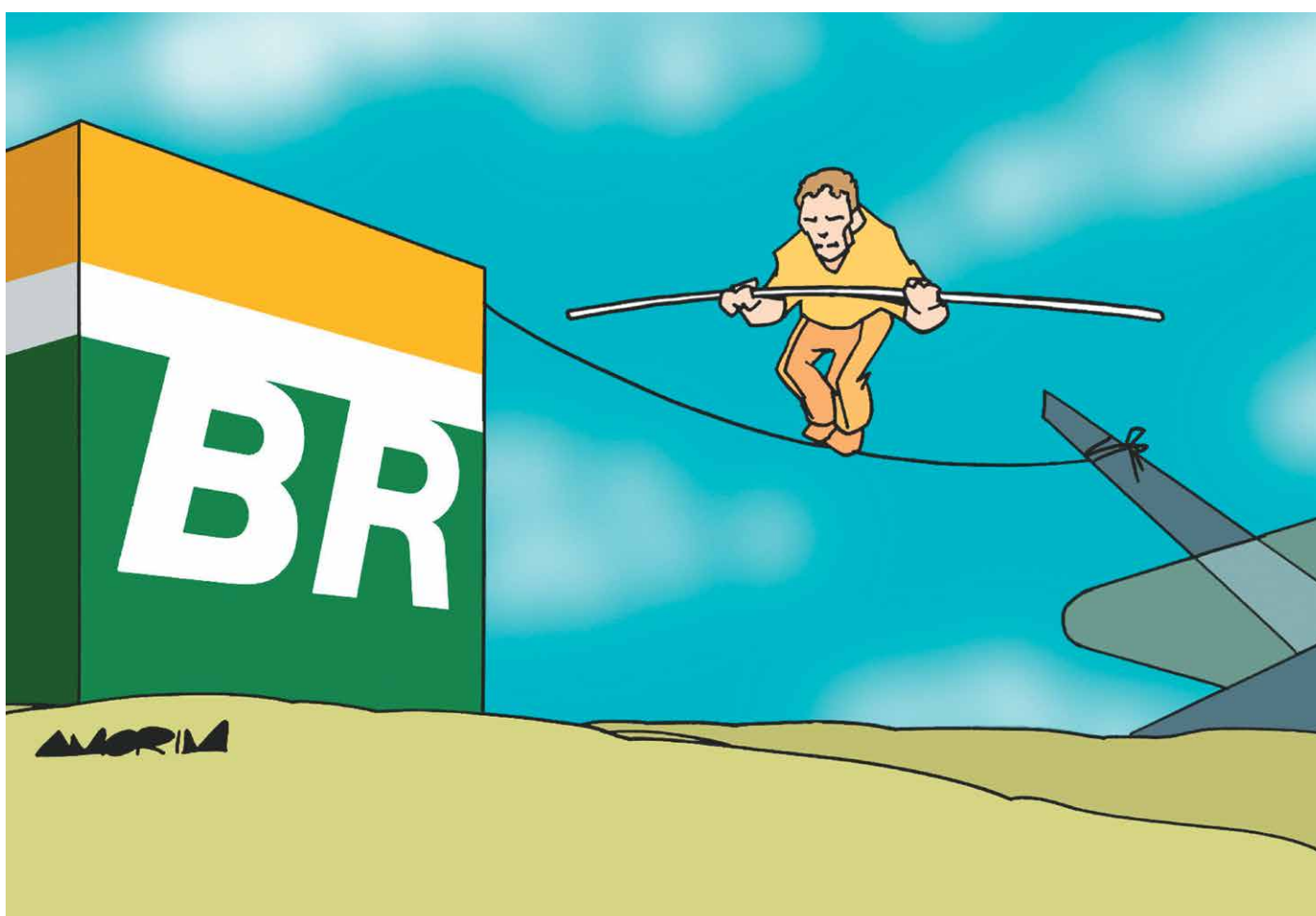


PETROS: UM OUTRO EQUACIONAMENTO É POSSÍVEL



Apesar de dever R\$ 15 bilhões à Petros, diretoria da Petrobrás quer que os participantes fiquem com o ônus do déficit no fundo de pensão, que há 14 anos tem suas contas reprovadas pelo Conselho Fiscal. Mas o Artigo 48, inciso IX, do atual Regulamento da Petros remete para as patrocinadoras a integral responsabilidade da maior parte do déficit técnico.

Sendo assim, a AEPET, autorizada por Assembleia Geral Extraordinária (AGE), iniciou verdadeira batalha jurídica contra o plano. A Associação e demais afiliadas da FENASPE desejam a anulação do atual processo referente à proposta do Plano de Equacionamento do Plano Petros do Sistema Petrobras - PPSP e que a Petros apresente outro plano.

Página 4

2 Diretoria da Petrobrás atende aos interesses de quem?



3 RENOVABIO e o retorno necessário da PETROBRÁS ao segmento de biocombustíveis

6 Balanço das atividades da AEPET em 2017



8 Entrevista com Raquel Sousa, advogada da FNP

EDITORIAL

Diretoria da Petrobrás atende aos interesses de quem?

Mesmo sendo vítima da corrupção, e não sua autora, a Petrobrás gastou quase dez bilhões de reais para encerrar ação de investidores na justiça dos Estados Unidos. No entanto, apesar de antecipar uma indenização multibilionária, não quer reconhecer sua dívida com a Petros, que tornaria desnecessário o absurdo equacionamento do déficit do fundo de pensão dos petroleiros.

Apesar de o Brasil ser signatário

de acordos internacionais para o clima, que trazem mudanças regulatórias importantes para que as emissões de carbono sejam diminuídas, a Petrobrás abandona o segmento de biocombustíveis e, mais que isso, a estratégia de ser uma empresa integrada, servindo aos brasileiros “do poço ao posto”. Quando era presidente da Bunge, Pedro Parente reforçou a máxima da multinacional, “do campo à mesa”, ampliando inclusive a participação em usinas de álcool.

Aparentemente, a atual diretoria pretende deixar para seus sucessores uma empresa condenada a parcerias minoritárias com multinacionais na exploração do pré-sal.

O enfrentamento de todos esses desafios, neste 2018 que se inicia, aponta para a AEPET e seus aliados não apenas o caminho da mobilização política e social, mas também das ações na esfera jurídica. Nesta edição destacamos as iniciativas que vêm sendo tomadas neste sentido, tan-

to no que tange à luta contra a desintegração da Petrobrás, quanto na defesa dos participantes e assistidos da Petros, cujo passivo gerado pela má gestão e por questões atuariais passou a ser empecilho para o projeto entreguista de privatização da maior empresa do País.



Associação dos Engenheiros da Petrobrás – AEPET

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - AGO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Diretoria da Associação dos Engenheiros da Petrobrás - AEPET, nos termos do Art. 23, alíneas “a” e do Art.24, alíneas “a” e “c” de seu Estatuto, convoca todos os seus associados para a **Assembleia Geral Ordinária - AGO**, a se realizar no dia **30 de janeiro de 2018**.

Local: Sede da AEPET - Av Nilo Peçanha, 50 - grupo 2409 – Centro, Rio de Janeiro, RJ.

Primeira convocação: 17:30h,

Segunda e última convocação: 18:00h

Número de sócios habilitados a votar: 2755

Quorum para primeira convocação: metade mais um dos sócios efetivos e quites com a AEPET.

Quorum para segunda convocação: um terço dos sócios efetivos e quites com AEPET.

Quorum para tomada de decisões: maioria simples dos sócios, presentes e quites com AEPET.

Forma de representação: Os associados poderão se fazer representar por procurador. Cada procurador poderá representar, no máximo, 20 (vinte) associados, sendo o mandato exclusivo para o ato.

Ordem do Dia:

- 1) Apreciar e julgar o balanço anual da AEPET encerrado em 31/12/2017, assim como o correspondente parecer do Conselho Fiscal da AEPET.
- 2) Proclamar e empossar a Diretoria e o Conselho Fiscal da AEPET eleitos para o triênio 2018-2020.

Nota: Não havendo quórum, as decisões sobre os temas constantes deste Edital serão objeto da AGE convocada para o dia 06/01/2018.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 2018.

Felipe Campos Cauby Coutinho
Presidente

Associação dos Engenheiros da Petrobrás – AEPET

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA-AGE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Diretoria da Associação dos Engenheiros da Petrobrás - AEPET, nos termos do Art. 23, alínea “a” e do art. art. 25, alíneas “c” e “f” de seu Estatuto, convoca todos os seus associados para a **Assembleia Geral Extraordinária - AGE**, a se realizar no dia **06 de fevereiro de 2018**.

Local: Clube de Engenharia - Av Rio Branco, 124 – 22º and – Centro, Rio de Janeiro, RJ.

Primeira convocação: 17:00 h,

Segunda e última convocação: 17:30 h

Terceira e última convocação: 18:00 h

Número de sócios habilitados a votar: 2755

Quorum para primeira convocação: metade mais um dos sócios efetivos e quites com a AEPET..

Quorum para segunda convocação: um terço dos sócios efetivos e quites com AEPET.

Quorum para terceira e última convocação: Qualquer número de sócios presentes

Tomada de decisões: maioria simples dos sócios efetivos presentes e quites com AEPET.

Forma de representação: Os associados poderão se fazer representar por procurador. Cada procurador poderá representar, no máximo, 20 (vinte) associados, sendo o mandato exclusivo para o ato.

Ordem do Dia:

- 1) Apreciar e julgar o balanço anual da AEPET encerrado em 31/12/2017, assim como o correspondente parecer do Conselho Fiscal da AEPET.
- 2) Cessão de Título de Sócio Honorário a Cláudio da Costa Oliveira.
- 3) Proclamar e empossar a Diretoria e o Conselho Fiscal da AEPET eleitos para o triênio 2018-2020.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 2018.

Felipe Campos Cauby Coutinho
Presidente



Av. Nilo Peçanha, 50 Grupo 2409
Centro - Rio de Janeiro-RJ
CEP: 20020-100
Tel.: 21 2277-3750
Fax 21 2533-2134

Presidente
Felipe Campos Cauby Coutinho

Vice-Presidente
Fernando Leite Siqueira

Diretor Administrativo
Francisco Isnard Barrocas

Vice-Diretor Administrativo
Christian Alejandro Queipo

Diretor Comunicações
Ronaldo Tedesco Vilardo

Vice-Diretor Comunicações
Herbert Campos Gonçalves Teixeira

Diretor de Pessoal
Arthur Flavio Jansen Ferrari

Vice-Diretor de Pessoal
Silvio Sinedino Pinheiro

Diretor Cultural
Henrique Sotoma

Vice-Diretor Cultural
Estellito Rangel Junior

Diretor Jurídico
Paulo Teixeira Brandão

Conselho Fiscal – Titular

Ricardo Moura de A. Maranhão, Diomedes Cesário da Silva, Francisco Soriano de Souza Nunes

Conselho Fiscal - Suplente

Pedro Francisco de A. Castilho, Carlos Sezino de Santa Rosa, Raul Tadeu Bergmann

Núcleos

Aepet-Bahia: Jorge Gomes de Jesus
Aepet-BR: Paulo Teixeira Brandão
Aepet-Macacá: José Carlos L. de Almeida
Aepet-NS: Ricardo Pinheiro Ribeiro
Aepet-SE/AL: Francisco Alberto Cerqueira de Oliveira

Delegados

Angra dos Reis: Alexandre Guilherme
Vitória: Paulo Weimar Perdigão Magalhães
Rio Grande do Sul: James Chang
São Paulo: Francisco Gonçalves
Santos/SP: Carlos Alberto Amaral Ribeiro e Rogério Picado

Redação

Editores:
Alex Prato (MTB 15542) e Rogério Lessa (RJ 21.221JP)
Projeto Gráfico:
Luiz Fernando Nabuco
Arte / Ilustração: Amorim
Diagramação: Geraldo Machado

RENOVABIO e o retorno necessário da PETROBRÁS ao segmento de biocombustíveis

Em setembro de 2016, o Brasil, sendo signatário do Acordo de Paris, comprometeu-se em reduzir suas emissões de gases de efeito estufa em 37%, até 2025, e em 43% até 2030, tendo como base as emissões do ano de 2005. Levando-se em consideração que consumo de derivados, em 2005, representou 64% do pico registrado em 2014, precisava-se de um estímulo poderoso para atender aos compromissos e manter o país na trilha do desenvolvimento.

Surgiu, então, uma iniciativa governamental para substituição gradativa de combustíveis fósseis, o programa RENOVABIO, que foi aprovado pelo Congresso Nacional em 12/12/2017. Este programa atribui metas anuais individuais de incorporação de biocombustíveis aos derivados comercializados pelas distribuidoras em função da sua fatia de mercado no ano precedente. O mecanismo estará baseado na aquisição de Créditos de Descarbonização (CBIO) por parte da distribuidora de combustíveis dos produtores nacionais e mediante importação. Cada unidade de biocombustível fornecerá CBIOs proporcionais à diferença de intensidade de carbono entre sua produção e a do combustível fóssil que vem a substituir.

O compromisso brasileiro estabelece um teto absoluto às emissões de carbono, impossível de alcançar com um aumento do consumo de derivados de petróleo. Reduzir em 43% as emissões de 2005, quando o consumo de derivados de petróleo foi 64% do pico registrado em 2014, é um golpe gigantesco, porém necessário, à indústria de refino de petróleo. O negócio-núcleo da Petrobrás ver-se-á assim afetado de forma dramática, com refinarias “otimizadas”: sucateadas,



com processamento reduzido e expulsando trabalhadores qualificados.

Qual é o posicionamento estratégico da companhia diante este cenário? Enquanto os *players* estrangeiros, como a Bunge ou a Shell (através do seu braço local Raízen) celebram com entusiasmo a mudança regulatória e posicionam como grandes produtores de biocombustíveis, a intervenção da Petrobrás dá continuidade à liquidação de ativos rentáveis no setor de álcool e biodiesel [1]. Outrora uma empresa integrada de energia com visão de futuro, a Petrobrás deixada por Temer e Parente estará condenada a ser uma parceira minoritária de multinacionais no E&P do Pré-Sal.

O Brasil possui recursos renováveis diversificados e complementares para desenvolver-se com justiça social e harmonia com o meio ambiente. O futuro renovável, seja pelo encerramento da janela de viabilidade fóssil [2] ou pela pressão internacional para

minorar as mudanças climáticas, precisa de ações concentradas hoje e não apenas de palavras descompromissadas em eventos de marketing [3]. Temos de trazer a Petrobrás de novo ao jogo, desta vez sob controle social e gestão democrática.

[1] <http://www.aepet.org.br/noticias/pagina/14316/Nova-Fronteira-a-interveno-Temer-Parente-segue-entregando-negocios-renteis>

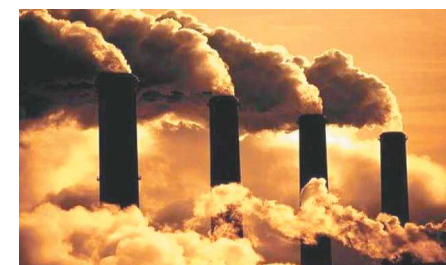
[2] <https://www.google.com.br/url?sa=t&rc=t=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiYwvulpLYAhUElpAKHRdXD4IQFgg-nMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.aepet.org.br%2Fuploads%2Fpaginas%2Fuploads%2FFile%2FSeminario%2Fpetroleo-ao-valor-excedente-pela-petrobras.pdf&usq=AOvVaw1b84h2Z-f8S1Zi7bEqIAwF4>

[3] <http://www.valor.com.br/empresas/4790089/parente-brasil-tem-opportunidade-%3Fextremamente-favoravel%3F-para-etanol>



RenovaBio

O compromisso brasileiro estabelece um teto absoluto às emissões de carbono, impossível de alcançar com um aumento do consumo de derivados de petróleo.



AEPET une forças para barrar equaci

Rogério Lessa

O Conselho Deliberativo da Petros, que tem maioria de seus membros indicados pela Petrobrás, contrariou conselheiros eleitos e aprovou um absurdo plano de equacionamento para o déficit do fundo de pensão dos petroleiros, estimado em R\$ 22,6 bilhões, em 2015. Além de penalizar as vítimas - participantes e assistidos do Plano Petros do Sistema Petrobrás - que terão de pagar a conta, a proposta não considera a dívida da patrocinadora, que chega a R\$ 15 bilhões. Em um único acordo com acionistas da bolsa de Nova Iorque, a estatal acaba de desembolsar dois terços deste valor, cerca de R\$ 10 bilhões.

Diante deste cenário, a AEPET, autorizada por Assembleia Geral Extraordinária (AGE), ajuizou Interpelação Judicial contra a Petros. A AEPET e demais afiliadas da FENASPE desejam a anulação do atual processo referente à proposta do Plano de Equacionamento do Plano Petros do Sistema Petrobrás - PPSP e que a Petros apresente outro plano considerando a redução do déficit técnico com o aporte de recursos correspondente às dívidas das patrocinadoras; a auditoria do passivo atuarial, principalmente com relação ao cálculo da "família real"; a complementação do compromisso com todos os Pré-70 - Fundadores da Petros; e que o equacionamento considere apenas o valor mínimo obrigatório do déficit técnico, conforme previsto na legislação.

No âmbito dessa batalha jurídica, foi criado o Fórum FNP/FENASPE/GDPAPE. "A Petros deve apresentar outro plano, no qual a cobertura da parcela de déficit atuarial caiba exclusivamente às Patrocinadoras por meio de contribuições extraordinárias, como determina o princípio da força obrigatória dos contratos (artigo 202 da CFRB/88). Caso contrário, as Patrocinadoras serão alvo ação ordinária para cumprimento de sua obrigação: ressarcir os danos causados aos participantes, inclusive danos emergentes e lucros cessantes em caso de cobrança de contribuições indevidas, e com a responsabilização civil, administrativa e criminal correspondentes pelo grave descumprimento contratual", advertem os participantes do Fórum.

MÁ GESTÃO

A Petros adiou para fevereiro o início da cobrança. De acordo com o presidente do Conselho Fiscal da Petros, Fernando Siqueira, eleito pelos participantes, o adiamento foi uma medida positiva. Siqueira enviou carta à PREVIC solicitando que o adiamento seja estendido para julho, devido à total desorganização do cadastro de participantes. "Não se pode cobrar um déficit sobre um dado básico que não é confiável. Pedimos também avaliar o passivo da Petrobrás com a Petros. Por sinal, nos Estados Unidos a Companhia foi obrigada a declarar à SEC (Securities Exchange Commission, a CVM norte-americana) que não tem clareza do montante



“Somente os investimentos na BR Foods e Itaúsa respondem por R\$ 8 bilhões em renda variável. Mas há outros investimentos que não foram bem feitos. A Sete Brasil, por exemplo, é um investimento imposto pelo governo, onde há casos de corrupção. A empresa quebrou e deu prejuízo de R\$ 2 bilhões”

Fernando Siqueira

do passivo com a Petros”, argumenta o presidente do Conselho Fiscal da Petros.

De acordo com Siqueira, existe realmente um déficit atuarial que, agravado por iniciativas da própria Petrobrás, como o plano de demissão voluntária (PIDV), representa aproximadamente metade do total. A outra parte do déficit é conjuntural, causada pela queda de valor de títulos e ações,

situação que está se invertendo gradualmente.

“Somente os investimentos na BR Foods e Itaúsa respondem por R\$ 8 bilhões em renda variável. Mas há outros investimentos que não foram bem feitos. A Sete Brasil, por exemplo, é um investimento imposto pelo governo, onde há casos de corrupção. A empresa quebrou e deu prejuízo de R\$ 2 bilhões”, contabiliza Siqueira.

ionamento absurdo na Petros



OUTRO EQUACIONAMENTO É POSSÍVEL

A partir de reivindicação das entidades representativas de participantes e assistidos própria Petrobrás criou, no último dia 6 de novembro, o Grupo de Trabalho (GT) sobre o Plano de Equacionamento do Plano Petros do Sistema Petrobrás (PPSP). Ronaldo Tedesco, Conselheiro Deliberativo eleito da Petros, participa, a pedido da FNP, dessas reuniões, juntamente com o companheiro Agnelson Camilo, diretor do Sindipetro PA/MA/AM/AP e da própria da FNP, que terão o Conselheiro Paulo Teixeira Brandão como assessor jurídico, um dos melhores especialistas em previdência complementar que o sistema Petrobrás já produziu.

“Nossa opinião é que a Petrobrás apresenta propositadamente um plano de equacionamento absurdo e inexecutável. O propósito da Companhia está alinhado com o programa de desinvestimento apresentado pela atual gestão de Pedro Parente que pretende, entre outras iniciativas, a redução do passivo previdenciário que planos de benefício definido podem proporcionar”, avalia Tedesco. Para ele, a direção da Petrobrás, em sua missão entreguista, não medirá esforços para descumprir compromissos históricos com os petroleiros, já que limpando o passivo torna a oferta da Petrobrás mais atraente para os possíveis compradores.

“Entretanto, para além das vontades, há também dois elementos que precisamos levar em consideração nesse debate. O primeiro elemen-

to é o direito contratado. Ao assinar nossa adesão à Petros, nós participantes e assistidos firmamos um compromisso de longo prazo cuja nossa parte temos cumprido religiosamente. As mudanças na legislação não permitem que os gestores da Petros ou da Petrobrás alterem essas condições contratadas sem que sejamos consultados. E a última alteração contratual realizada pela Petros foram as mudanças introduzidas por ocasião da chamada repactuação”, argumenta, lembrando que todos foram consultados nessa mudança do Regulamento.

Tedesco chama a atenção para o artigo 48, inciso IX, do atual Regulamento da Petros. “Esse artigo remete para as patrocinadoras a integral responsabilidade da maior parte do déficit técnico hoje existente e tem sido sistematicamente ignorado pela Diretoria Executiva da Petros e pela Petrobrás. O desprezo pelo direito contratado não poderá encontrar espaço num diálogo para buscar soluções para o déficit técnico e o plano de Equacionamento abusivo e inexecutável que a Petros está apresentando a participantes e assistidos do Plano”, pondera.

Da mesma forma, Tedesco aponta para a forma do ajuste atuarial dos Termos de Compromissos Financeiros relativa às rubricas Pré-70 e Pensionistas, duas dívidas já contratadas que, por conta dessa forma de cálculo de seu reajuste anual, claramente estão prejudicando o PPSP no momento de déficit técnico. Nesse caso, mais uma vez, o raciocínio da direção da Petrobrás e da Petros se sustenta em outra ilegalidade, que é uma segregação patrimonial não autorizada e ilegal, que vai drenando



“O propósito da Companhia está alinhado com o programa de desinvestimento apresentado pela atual gestão de Pedro Parente que pretende, entre outras iniciativas, a redução do passivo previdenciário que planos de benefício definido podem proporcionar”

Ronaldo Tedesco

o PPSP em sua liquidez e sua solvência, favorecendo a Petrobrás em prejuízo do nosso plano.

“Essa é a base para a solução dos problemas que se expressam agora na proposta indecorosa de Plano de Equacionamento em debate no GT. O respeito ao direito contratado e o respeito a legislação vigente. Entretanto, somente estabelecendo uma correlação de forças favorável poderemos impor nossos direitos. Por isso, é essencial que levemos

em conta a necessidade da mobilização de todos os petroleiros, sejam do PPSP, sejam do Plano Petros-2, até por que, apesar do déficit ser específico do PPSP, a gestão que levou prejuízo ao PPSP não é diferente da que está gerindo o PP-2. Isso significa que não devemos esperar que destruam o nosso jardim para que nos mobilizemos contra a destruição que está ocorrendo no jardim dos nossos companheiros”, resume Tedesco.

Somente R\$ 1 bi a equacionar

A Petrobrás tem uma dívida de R\$ 11 bilhões com a Petros, atestada por auditoria judicial (em 2015). Há outras dívidas como RMNR, acordo de níveis, PCAC, pessoal 78/79, todas devido ao art. 48 – IX. Um montante superior a R\$ 15 bilhões. Como, pela resolução 22 do CNPC, o equacionamento pode ser feito pelo valor mínimo – R\$ 16 bilhões – se a dívida for corretamente considerada, o valor a equacionar seria de R\$ 1 bilhão.

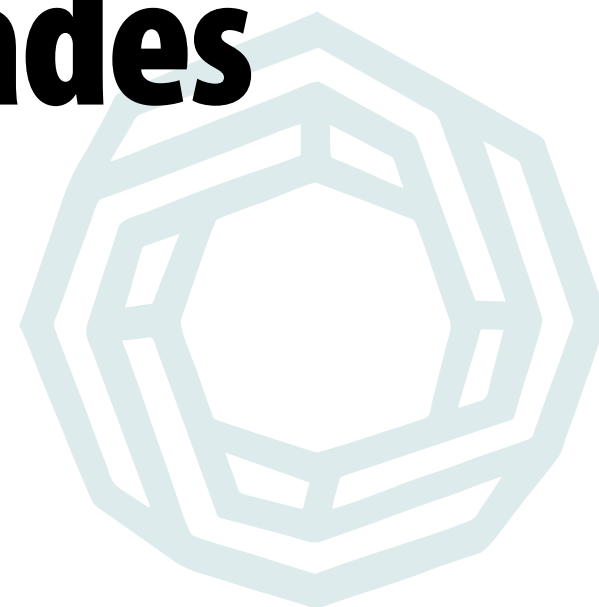
Balanço das atividades da AEPET em 2017

Alex Prado

Há um ano, o AEPET Notícias tinha como manchete principal “2016, o ano que pode durar 20 anos”. Em 2017, consolidado do golpe, o governo, apoiado pela mídia e empresariado, avançou com a força de um trator, aprovando leis e editando número recorde de Medidas Provisórias (MP's) que acabaram com históricos direitos trabalhistas; promoveram severos cortes em políticas sociais; desmotaram a

política de conteúdo nacional e, corando tudo finalmente entregaram o pré-sal às multinacionais do petróleo. Todos estes retrocessos foram denunciados pela AEPET, oficialmente, em Cartas e votos nas assembleias da Petrobrás.

Estas cartas e votos (que podem ser acessados em nosso portal), trataram dos seguintes assuntos:



AEPET
Associação dos
Engenheiros da Petrobrás

09 MAIO/2017

Carta a Pedro Parente: a AEPET vem questionar o atual Presidente da Petrobrás e toda a sua Diretoria no que diz respeito aos *RISERS FLEXÍVEIS* empregados na *ÁREA DO PRÉ-SAL*, seja como dutos de produção ou de injeção de gás, quanto a sua segurança operacional.

25 DE MAIO/2017

Carta a Pedro Parente: dada a importância e o impacto dos Riscos Estratégicos a AEPET gostaria de entender em que magnitude fortalece o processo decisório a retirada da área de RISCOS da Diretoria de GRC-Governança, Riscos e Conformidade e a alocação desta na Diretoria de Estratégia, Organização e Sistema de Gestão.

31 DE MAIO/2017

Carta à Diretora de E&P Solange Guedes, ampliando os questionamentos sobre risers flexíveis.

18 DE JULHO/2017

Carta aberta à população brasileira sobre a desintegração da Petrobrás.

18 DE AGOSTO/2017

Carta ao presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Júnior: A AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobrás, vem respeitosamente solicitar a revogação da decisão da Eletrobras de encerrar as atividades do laboratório de Ensaios AP-4 do CEPTEL.

25 DE SETEMBRO/2017

Carta a Pedro Parente, denunciando o erro estratégico e o prejuízo com a venda da Nova Transportadora do Sudeste (NTS)

25 DE SETEMBRO/2017

Carta a Pedro Parente, sugerindo um processo de adequação do adicional pago à Funções de Confiança, retornando aos praticados no início dos anos 2000.

20 DE OUTUBRO/2017

Carta ao Diretor executivo de Assuntos Corporativos Hugo Repsold Júnior, questionando os novos contratos para serviços terceirizados, como apoio administrativo, informática, segurança e limpeza.

26 DE OUTUBRO/2017

Carta ao presidente da BR Distribuidora Ivan de Sá Pereira Júnior, questionando possível desvio na venda de combustível de aviação.

16 DE NOVEMBRO/2017

Carta aberta ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Petrobrás Ivan de Souza Monteiro

21 DE NOVEMBRO/2017

Carta ao Engenheiro *Eduardo Ferreira Lafraia* Presidente do Instituto de Engenharia de São Paulo, questionando a *Concessão do título de Eminent Engenheiro do Ano de 2017 a Pedro Parente*.

Paralelamente a estes claros posicionamentos oficiais, a AEPET abriu seus espaços informativos (Portal, Aepet Direto e este Aepet Notícias) para a publicação de centenas de artigos e reportagens que fizeram o contraponto ao pensamento único, neoliberal e entreguista da mídia hegemônica, permitindo aos nossos leitores, associados ou não, entender a complexidade do momento e suas implicações na vida de todos os brasileiros. Em julho, nosso portal e o boletim eletrônico diário - Aepet Direto - passaram por reformulações, que tornaram a navegação mais amistosa e com melhores recursos de interação com os leitores. Tudo isto tendo como princípio a principal razão de ser da AEPET, qual seja, a defesa da Petrobrás e de seu Corpo Técnico. 2018 já se prenuncia como a continuação desse nefasto 2017. Mas a AEPET mantém seus compromissos históricos com a soberania nacional e o bem estar do povo brasileiro. Para fazer frente a estes desafios, uma nova diretoria assume no dia 6 de fevereiro, mantendo como presidente o engenheiro Felipe Coutinho. (veja no quadro a composição da nova diretoria).

O engenheiro químico Felipe Coutinho foi reconduzido para um segundo mandato como presidente. Ocupará a vice-presidência o engenheiro Eugênio Miguel Mancini Scheleder, que trabalhou na Petrobrás por 52 anos.

Na diretoria de Administração estará o engenheiro químico Christian Alejandro Queipo, na Petrobrás desde 2007. Para ele, a AEPET deve “promover o debate interno em torno da política de privatização encoberta da intervenção Temer-Parente evidenciando as falhas estratégicas do seu programa, e gerar discussão sobre as políticas de reconhecimento e benefícios praticados pelo RH da companhia, buscando um equilíbrio entre responsabilidade e recompensa, sem privilégios nem excelências. O vice-diretor de Administração é Francisco Isnard Barrocas.

O engenheiro Herbert Campos Gonçalves Teixeira será o novo diretor de Comunicação, tendo como vice Fernando Siqueira. Segundo Herbert, “a diretoria de Comunicação tem papel importante em mostrar que é de fundamental importância que cada petroleiro assuma seu papel cidadão e assumam também essa tarefa de participar da gestão da Petrobrás, de acompanhar de perto, supervisionando e avaliando a tomada das decisões administrativas, e também subsidiando a sociedade civil na tarefa de exercer o controle social do gasto do dinheiro público na Petrobrás. Deve-se destacar que o ápice da corrupção sistêmica é a privatização das riquezas públicas.

A transparência das informações fornecida pela AEPET deverá ser uma contrapartida aos meios de comunicação que subliminarmente

impõem um senso comum na sociedade de que privatização é a solução contra a corrupção sistêmica. A AEPET deve constantemente fazer uma análise crítica dos acontecimentos e apresentar uma interpretação e alternativas a conclusão propalada pelos meios de comunicação”, conclui o novo diretor.

A diretoria Cultural será comandada pelo estatístico José Antônio Simões, que trabalhou na Petrobrás entre 1975 e 2008. Para ele, o papel da diretoria Cultural “é lutar pela preservação dos valores culturais da nação brasileira, promovendo Ciclo de Palestras, com a participação de intelectuais progressistas, Cineclube para fins de estudo e debate, exibindo obras que estimulem a construção de um mundo justo e fraterno. Rádio, TV, Jornal e Internet, meios de comunicação importantes, também devem ser utilizados nas campanhas em defesa da Petrobrás.”. O vice-diretor será Henrique Sotoma.

O administrador Pedro Pinho, que trabalhou na Petrobrás por 25 anos, assume a diretoria de Pessoal, tendo como vice Felipe de Oliveira Brito. Pinho acredita que “a defesa da Petrobrás se insere em dois campos: no da soberania brasileira e na ação do Estado na economia. Não há oposições nem incongruências nestes campos. O Brasil, como quase todos os países, sofre o ataque do sistema financeiro internacional, que denomino, abreviada-

mente, banca. A banca é o estágio atual do capitalismo, onde já não há preocupação com a produção nem o consumo, pilares de toda economia. Neste estágio, o capital absorve todos os ganhos da economia, seja da produção, do comércio, dos serviços, e o concentra num processo cada vez de menor número de atores, no domínio das finanças. É um capital estéril. Para luta contra este capitalismo improdutivo, em meu entender, a grande força é o nacionalismo, a soberania nacional. A Petrobrás, como um bem sucedido exemplo desta soberania, precisa defender sua ação. Agindo assim, ela colabora na luta contra a banca e pelos brasileiros.”

A diretoria Jurídica será exercida por Ricardo Moura de Albuquerque Maranhão, engenheiro que iniciou suas atividades na Petrobrás em 1970. Para ele, o grande desafio da nova diretoria da AEPET será barrar o chamado “PLANO DE DESINVESTIMENTOS”. Desnecessário, entreguista, desnacionalizante, dilapidador do PATRIMÔNIO PÚBLICO. Maranhão terá como vice-diretor o advogado Edson Teixeira de Queiroz.

O novo Conselho Fiscal da AEPET terá como titulares Carla Alves Marinho Ferreira, Gustavo Batista Marun e Ana Patrícia Cavalcanti de Castro Laier. Suplentes: Paulo Teixeira Brandão, Raul Tadeu Bergmann e Ronaldo Tedesco Viardo.

The image displays three screenshots of the AEPET website. The first screenshot shows the 'Aepet Direto' portal with a registration form and a list of news articles. The second screenshot shows a grid of news articles with headlines such as 'Crise na Petrobrás foi inventada para justificar venda de ativos, diz Oliveira', 'A venda de Embraer: prejuízo para o país e grande mídia tentou abafar em 2017', and 'Crise na Petrobrás foi inventada para justificar venda de ativos, diz Oliveira'. The third screenshot shows the 'ARTIGOS DA AEPET E COLABORADORES' section with various articles and a 'CARTAS & VOTOS' section.

Em julho, nosso portal e o boletim eletrônico diário - Aepet Direto - passaram por reformulações, que tornaram a navegação mais amistosa e com melhores recursos de interação com os leitores.



Entrevista com Raquel Sousa, advogada da FNP

Reproduzimos nesta edição trechos da entrevista com Raquel Sousa, advogada da FNP, à jornalista Conceição Lemes, do site Viomundo. Raquel tem conseguido diversas liminares, retardando a venda de ativos da Petrobrás. Ela destaca que há uma divisão de tarefas na entrega do nosso petróleo aos gringos. “O governo faz a entrega através dos leilões. Já Pedro Parente comanda a privatização fatiada do patrimônio da Petrobras, por meio de sua sistemática de Desinvestimentos”.

Te surpreendeu a descoberta de que o ministro inglês atuou como lobista junto a autoridades brasileiras em favor das petroleiras do seu país para mudar as regras do pré-sal no Brasil?

Infelizmente, nenhuma surpresa. Desde o ano passado, as grandes petroleiras estrangeiras e os governos da França, Inglaterra e Estados Unidos vêm buscando acabar com as políticas de proteção da indústria brasileira, o chamado conteúdo local. Eles têm atuado tanto por meio de “exigências diplomáticas” como via questionamentos na Organização Mundial do Comércio (OMC). São pressões legítimas do ponto de vista do interesse deles, mas escusa do nosso.

E o fato do secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia ter aceitado docilmente as demandas dos ingleses?

O governo Temer sempre foi contrário às políticas de conteúdo local. Faz parte de sua política entreguista e antinacional. Assim, o que o Paulo Pedrosa prometeu ao ministro inglês não é nada além do que o Temer e Pedro Parente vêm prometendo aos investidores inter-

nacionais e cumprindo. É política pública e declarada do desgoverno Temer reduzir o conteúdo local e reduzir impostos para o grande capital estrangeiro. Ou seja: Paulo Pedrosa aceitou docilmente as exigências porque elas estavam em total consonância com a política oficial do governo brasileiro.

Nos leilões do pré-sal, que aconteceram em 27 de outubro, quanto levaram as empresas britânicas?

A BP levou 40% em Peroba e 50% em Alto de Cabo Frio Central. Já a

Shell, 80% de Sul de Gato do Mato, 30% do Entorno de Sapinhoá e 55% de Alto de Cabo Frio Oeste.

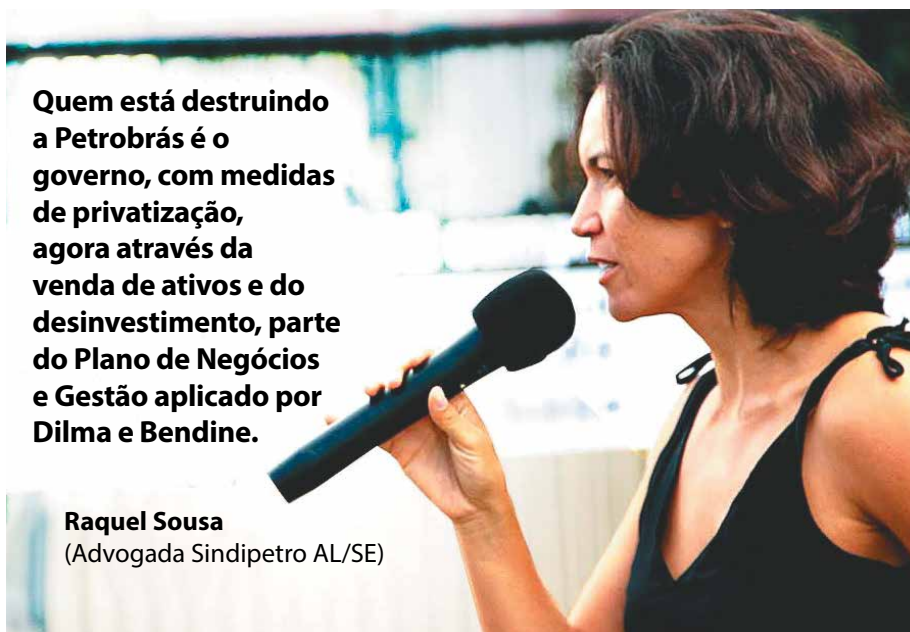
Qual o teor da MP 795/2017, que trata da tributação no setor?

A MP 795/2017 reduz de tal monta certas alíquotas que o enunciado mais apropriado para ela seria dizer que a MP 795/2017 “trata da quase ausência de tributação”. Por exemplo, a MP 795/2017 zera a alíquota de imposto de renda sobre algumas operações. Ou seja, é um presentão para as empresas petrolíferas estran-

geiras. Depende apenas da aprovação da Câmara e do Senado para ser convertida em lei.

A FNP vai à justiça contra a MP 795/2017 e decreto 9.188/17?

A nossa atuação jurídica tem limite legal. Federações e sindicatos de petroleiros não têm legitimidade legal para ajuizar Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) ou Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) para combater esses decretos, MPs e leis lesa-pátrias aprovados pelo Congresso e Temer. Neste caso, por força de exigência constitucional (artigo 103 da Constituição Federal), ADINs e ADPFs devem ser impetradas por algum partido político. Infelizmente, os partidos da oposição têm deixado este flanco aberto. Limitar a luta ao Congresso não basta. Afinal, com esse Congresso, o resultado já se sabe. Continuamos no 7 x 1 pra Alemanha. Não estou afirmando que o STF será nossa salvação ou que lá seremos vitoriosos. Mas, no Congresso, essa batalha já está perdida antes mesmo de começar.



Quem está destruindo a Petrobrás é o governo, com medidas de privatização, agora através da venda de ativos e do desinvestimento, parte do Plano de Negócios e Gestão aplicado por Dilma e Bendine.

Raquel Sousa
(Advogada Sindipetro AL/SE)